Proteção e adoção : Desafios e Conquistas na Realidade dos Direitos Infantis no Brasil

Autor(res)

Thiago Luiz Sartori
Bruna Aparecida Leite Oliveira
Iara Emylle Rodrigues Lopes
Raissa Gabrielly Oliveira Da Silva
Maria Helena Pereira Soares De Jesus
Taís Da Silva

Categoria do Trabalho

Trabalho Acadêmico

Instituição

UNINOVE - UNIVERSIDADE NOVE DE JULHO

Introdução

Todos os dias nos deparamos com atrocidades envolvendo crianças e adolescentes, exploração sexual e torturas aterrorizam a sociedade. Acontece que diariamente os meios de comunicação mostram uma realidade cruel, pais e mães negligenciando os cuidados que são estabelecidos na Constituição Federal no art. 227 que diz “é obrigação da família, sociedade e Estado assegurar a criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, direito a vida, à saúde, à alimentação e à educação”.
Direitos que também são reconhecidos no art. 4º do ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente) que mostra ser responsabilidade de toda sociedade, a segurança, proteção de integridade e desenvolvimento dessas crianças. Existem motivos variados para a maioria dos abandonos, alguns deles sendo: falta de condição financeira, psicológica e até mesmo maus-tratos. Crescendo assim, o número de crianças para serem adotadas.

Objetivo

A adoção ajuda a combater o desamparo infantil e garantir os direitos da criança e do adolescente no Brasil. Desde a Constituição de 1988, o processo evoluiu, priorizando o bem-estar do adotado, e não apenas os interesses dos adotantes. Hoje, a lei assegura diferentes tipos de adoção, igualdade entre filhos biológicos e adotivos, e o direito de toda criança a um lar seguro.

Material e Métodos

Com base nas estatísticas presentes no site da SNA (Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento) os adolescentes, portadores de alguma deficiência intelectual, pretos e do sexo masculino são os que mais enfrentam dificuldades na adoção. Mostrando também que o estado civil do adotante é irrelevante, podendo ser casada, solteira, viúva ou em união estável, sendo realizada por casais homoafetivos, contanto que os requisitos da idade

sejam seguidos, tendo que ter a diferença de 16 anos entre o adotado e o adotante. O processo requer dedicação e paciência, a demora ocorre por diversos motivos, alguns deles sendo pela quantidade pretendida, cerca de 68% das crianças têm irmãos e os juízes se esforçam para mantê-los unidos.

Resultados e Discussão

Os resultados obtidos evidenciam a persistente realidade de crianças em situação de acolhimento, muitas delas vítimas de abandono e negligência familiar. A adoção continua sendo um processo desafiador, com poucas crianças mais velhas ou com necessidades especiais sendo adotadas, o que reflete um estigma social que favorece a adoção de crianças mais novas. Além disso, o racismo estrutural é uma barreira significativa, com crianças negras enfrentando maiores dificuldades para serem adotadas, o que evidencia a necessidade de políticas públicas que combatam tais desigualdades. A falta de suporte adequado às famílias e as limitações do sistema de acolhimento agravam a situação, enquanto a conscientização sobre a importância da adoção inclusiva começa a dar frutos. Embora avanços existam, ainda é necessário um trabalho contínuo para garantir que todos os direitos das crianças sejam respeitados, independentemente de sua raça, idade ou condição social.

Conclusão

Portanto, todo detalhe é importante. Apesar das melhorias enfrentadas nos dias atuais, devemos sempre buscar mais avanços e dar o devido apoio para essas crianças e adolescentes abandonadas, antes e depois da adoção, oferecer suporte para as famílias que adotam, ajudar nas adaptações e desafios.

Referências

Ferreira, Renata Vitória Macêdo. Processo de adoção no Brasil: modalidades, requisitos e desafios. 2024.

De Andrade, Rogério. SISTEMA NACIONAL DE ADOÇÃO E ACOLHIMENTO (SNA): POR UMA CULTURA ANTIRRACISTA. In: Congresso Internacional de Direitos Humanos de Coimbra. 2024